



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

ANDRE VIDAL DE NEGREIROS: NOBRE DA TERRA.

Aluno: Alexandre Cursino de Oliveira

**Brasília
Julho, 2013.**

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

**MONOGRAFIA APRESENTADA AO DEPARTAMENTO
DE HISTÓRIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE LICENCIADO EM HISTÓRIA**

**Professor orientador:
Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira**

**Banca:
Professora Dra. Neuma Brilhante
Rodrigues
Professor Dr. Tiago Luís Gil
Professor Dr. Marcos Aurélio de Paula
Pereira**

**Brasília
2013**

AGRADECIMENTOS

“A história não tem rumo. Se retorce e cambaleia, gira e caracola, mas nunca mantém muito tempo uma mesma direção”.

Felipe Fernández-Armesto

Inicialmente, agradeço a Deus por me ter permitido trilhar uma história de várias histórias que levarei junto comigo e estará sempre nas minhas lembranças.

À minha esposa, Fernanda, pelo amor e pela compreensão das necessidades de estudo que acarretaram em algumas ausências para apoiar na educação da nossa filha.

À minha filha, Maria Clara, pelo exemplo de alegria, coragem e perseverança, assim como pelos momentos em que juntos pensamos sobre a história. Seu sorriso e seus beijos sempre foram a minha maior motivação.

Aos meus pais, Silvestre e Maria das Graças, pela educação e valores que me construíram como ser humano e cidadão.

Ao meu orientador, Marcos Aurélio, pela generosidade e a abertura para um diálogo que me permitiram realizar as pesquisas necessárias para alcançar essa importante etapa. Sua simplicidade, sua amizade, seu incentivo e seu conhecimento são dignos de toda a minha admiração e apreço.

Aos meus professores, pelo conhecimento que me foi transmitido e por terem contribuído para que eu pudesse chegar mais próximo de entender o sentido da história.

Aos meus companheiros aprendizes, pois juntos percorremos salas e corredores da Universidade de Brasília no intuito de aprender o ofício de ser um historiador.

A todos, que direta ou indiretamente, me permitiram concluir este trabalho.

Aos sonhos de alguém, que ainda jovem, almejou conhecer a história de como é belo para um homem admirar o seu tempo.

RESUMO

Esta monografia tem como propósito realizar uma discussão historiográfica e histórica sobre Andre Vidal de Negreiros e a sua inter-relação com o conceito de *nobreza da terra*.

Enfatizamos uma abordagem que permite resgatar leituras da representatividade social, da prática religiosa, do *ethos* militar e da trajetória política, de modo a construir uma avaliação sobre a percepção e da práxis de pertencer a uma “nobreza” e de ser “nobre” nos trópicos brasílicos da conquista portuguesa na América. A prestigiada e emblemática posição de senhor de engenho, os desígnios de um defensor da fé católica, o espírito cavalheiresco e a representatividade das ordens militares, bem como a importância dos governos locais são aspectos primordiais para atingir esses propósitos. São discutidas historiograficamente as análises mais tradicionais sobre o personagem, mas também é apresentada uma perspectiva que busque analisá-lo dentro de uma conjuntura de práticas dentro do seu contexto temporal, espacial e social, bem como do seu processo de nobilitação.

Assim sendo, é realizada uma análise sobre a vida e a trajetória de Negreiros enquanto sujeito pertencente a uma elite senhorial do Antigo Regime, dentro da singularidade daquele contexto das guerras contra os holandeses e das representações de vassalagem com um reino de além-mar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.6
1. HISTORIOGRAFIA E ICONOGRAFIA	p.8
2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E NOBREZA DA TERRA	p.16
2.1 O <i>ethos</i> nobiliárquico	p.16
2.2 A nobreza de um fidalgo cavaleiro da conquista portuguesa na América	p.18
3. ENTRE O SERVIÇO A DEUS E O SERVIÇO AO REI: A DEFESA DA FÉ E A BUSCA DA HONRA	p. 26
3.1 Religião e Religiosidade	p.26
3.2 Honra, Cavaleirismo e Milícia	p.28
4. ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA	p. 32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 37
BIBLIOGRAFIA	p. 38



INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como propósito apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo tema é Andre Vidal de Negreiros e a sua inter-relação com o conceito de *nobreza da terra*. Para esse fim, além da natural pesquisa bibliográfica, consulte as fontes existentes no Projeto Resgate, do Centro de Memória Digital da UnB, referentes ao Arquivo Histórico Ultramarino. Foram também empregados documentos obtidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Durante o manusear da obra de Luiz Felipe de Alencastro “*O Trato dos Videntes – formação do Brasil no Atlântico Sul*”, tive a convicção de que uma nova perspectiva se descortinava, para mim, sobre o período que tradicionalmente a historiografia denomina como a história colonial do Brasil. As palavras presentes no prefácio do autor¹ soaram como um alerta que me fez questionar vários preceitos e mover-me intelectualmente de uma “zona de conforto” histórica, em especial, sobre uma Angola brasileira e Andre Vidal de Negreiros.

No que tange à origem de alguns dos principais atores envolvidos naquele mundo atlântico seiscentista, Negreiros era o único nascido na colônia, mas, assim como Salvador de Sá e Fernandes Vieira, também alcançara a governadoria de Angola. Teria o mestre-de-campo e senhor de engenho paraibano Andre Vidal de Negreiros lido Camões antes de assumir a governança de Angola?² Essa é a questão posta por Alencastro quando inicia os seus comentários sobre a participação de Vidal no desbarato do Congo, mormente para a explicação sobre as motivações para Ambuíla, a batalha tricontinental, segundo o autor. Meu questionamento veio de imediato: como um natural das conquistas³ teria percorrido tal trajetória? É a partir desta reflexão que singraremos no decorrer deste trabalho.

¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “*O Trato dos Videntes – formação do Brasil no Atlântico Sul*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.9

² ALENCASTRO, L. *Op. cit.* p.287

³ Termo utilizado por Mafalda Soares e Nuno Monteiro para a análise sobre Governadores e Capitães-Mores do Império Português nos setecentos e oitocentos. MONTEIRO, N; CARDIM, P; e CUNHA M. (coord.) “*Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*”. Lisboa: ICS, 2005. p. 196

Procuraremos enfocar uma abordagem que permita trazer os vestígios da representatividade social, da prática religiosa, do *ethos* militar e da trajetória política, de modo a construir uma avaliação sobre a percepção e da *práxis* de pertencer a uma “nobreza” e de ser “nobre” nos trópicos brasílicos da conquista portuguesa na América, assim como se Negreiros teria ido além dessa representatividade, adquirindo outros foros.

No capítulo 1, serão abordados os aspectos historiográficos a respeito de Andre Vidal de Negreiros, bem como uma breve análise sobre as representações na produção iconográfica a seu respeito.

No capítulo 2, serão analisadas as representações sociais envolvidas na *praxis* social do Antigo Regime e discutido, sucintamente, o conceito de Nobreza da Terra, relacionado-os às fontes referentes a Vidal de Negreiros.

No capítulo 3, serão discutidos alguns pontos sobre os desígnios de um defensor da fé católica, a representatividade das ordens militares e o espírito cavalheiresco e honorífico de sua atuação guerreira.

No capítulo 4, serão apontadas algumas singularidades da participação de Andre Vidal no governo da Capitania de Pernambuco, calcadas no embasamento teórico de relações entre o centro e a periferia, mormente os das conquistas portuguesas.



1. HISTORIOGRAFIA E ICONOGRAFIA.

André Vidal de Negreiros tem o seu nascimento estimado em 1608, na Paraíba, e falecimento datado em três de fevereiro de 1681, na várzea do Rio Goiana, no Engenho Novo, então sua propriedade.⁴ Foi Governador e Capitão General no Estado do Maranhão e do Reino de Angola e Governador da Capitania de Pernambuco (por duas vezes). Fidalgo *del Rey*, agraciado com as comendas de São Pedro do Sul e da Ordem de Cristo, Alcaide-mór das vilas de Marialva e Oeiras,⁵ ele atingiu o posto militar de Mestre-de-Campo, o que corresponderia atualmente a patente de coronel⁶. Negreiros tem uma marcante presença na historiografia dos séculos XIX e XX no que se refere à Restauração pernambucana e à construção da nacionalidade brasileira.

Em *Rubro Veio*, Evaldo Cabral de Mello faz uma brilhante análise historiográfica sobre o imaginário associado à Restauração pernambucana, bem como alguns sutis comentários sobre a relação entre o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). No prefácio da obra, o autor expõe ao leitor que ele poderá ver nas suas páginas “a noção segundo a qual a restauração fora empreendida e sustentada pela gente da terra e representou o tópico fundamental, a matriz ideológica a partir da qual se construiu toda a visão nativista do “tempo dos flamengos”.⁷ Compreendamos como nativista nesse contexto, o nativismo pernambucano e sua historiografia. Dentro do fenômeno político e ideológico daquele nativismo, Evaldo Cabral insere Andre Vidal em uma fase de radicalização antilusitana, que iria da capitulação holandesa (1654) à derrota da “nobreza da terra” na guerra dos mascates e suas seqüelas (circa 1715)⁸. Derrota essa de um segmento social originalmente nobiliárquico e açúcarocrático, o partido de Olinda, que daria vez ao ligado às atividades de comércio no Recife.

Andre Vidal de Negreiros é alçado, por Cabral de Mello, ao *Panteão Restaurador*, representação pela qual o autor sintetiza o imaginário nativista do século

⁴PINTO, Luiz. “Vidal de Negreiros, afirmação e grandeza de uma raça”. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1960. pp.31 e 99

⁵Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641.

⁶SOBRAL, J. “Postos e Cargos Militares Portugueses”. Disponível em: <http://audaces.blogs.sapo.pt/4784.html> Acesso em: 16 JAN 2013.

⁷MELLO, Evaldo Cabral de. “*Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*” Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.11

⁸*Op. cit.* p.15

XVIII no “simbolismo de uma tetrarquia de heróis a que se devia o culto cívico tributado aos verdadeiros “pais da pátria”⁹. A restauração dessa pátria, alcançada à custa do sangue, vidas e fazendas da gente da terra, tinha sido concretizada pelo amálgama das etnias locais, “mas sob a direção da “nobreza da terra”¹⁰ e dos reinóis radicados em Pernambuco”¹¹. Andre Vidal é um veterano da resistência¹² ou do *ante-bellum*, como denominado pelo autor para o período de conflitos antes da restauração, que persevera no intuito de combate aos hereges e na recuperação do controle social e econômico para a elite açucareira local. Percebemos nessa construção, a representatividade que o papel de comandante de um dos terços brasílicos nas Batalhas de Guararapes e o antecedente de senhor de engenho deram ao prestigiado Negreiros na composição dessa simbologia nativista. Essas características serão abordadas mais pormenorizadamente no decorrer desta análise.

Ao descrever aspectos históricos e historiográficos sobre as elites coloniais, Maria Fernanda Bicalho identifica em Joaquim Romero Magalhães um pensar sobre elas como “uma elite camarária, concelhia, em uma *nobreza da terra*, ou *nobreza civil e política* encarregada da governança das localidades”. Em relação ao contexto pernambucano, a historiadora apresenta a discussão de Cabral de Mello sobre a evolução do termo *principal* pelo *nobreza da terra*, na qual ele afirma ser o último uma distinção entre *reinóis e mazombos* após a restauração da capitania e como identificação coletiva adotada “pelos descendentes dos antigos *principais*, uma vez que a açucarocracia pernambucana passou a apostar na promoção estamental como forma de legitimar sua dominação política, social e econômica da capitania”.¹³

Assim sendo, já podemos perceber, de momento, as peculiaridades que cercam a *nobreza da terra* no contexto do *ante* e do *pos-bellum*. Acreditamos que não podemos imaginar que as características da América portuguesa seiscentista dessem uma uniformidade às experiências dessa “nobreza”, assim como foi apontado por Marcos

⁹*Ibidem* p.194

¹⁰Aspas do autor.

¹¹*Ibidem* p.194

¹²MELLO, Evaldo Cabral de. “*Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*”. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975. p. 242

¹³BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “*Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia*” in MONTEIRO, N, CARDIM, P e CUNHA, M. “*Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*”. Lisboa: ICS, 2005. pp. 74 e 80.

Aurélio de Paula Pereira para o contexto das Minas Gerais, no caso de comerciantes e mineradores que também tiveram o reconhecimento como *homens bons*. A nobreza da terra - comumente os principais, os poderosos e assim reputados - seria pois, multifacetada, de acordo com as circunstâncias locais. Trataremos posteriormente, em mais detalhes, sobre as qualidades de Negreiros associadas a algumas dessas perspectivas.

Em *Historias das lutas com os holandeses no Brasil*, Varnhagen se referencia à Vidal de Negreiros como o verdadeiro exemplo da gênese da nacionalidade brasileira, de acordo com o pensamento expresso pelo renomado historiador de não “redigir o livro projetado sem examinar, antes, todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus patrióticos feitos, imortalizaram os quatro heróis brasileiros, anti-holandeses, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias”.¹⁴ Observemos que Vidal é citado pelo autor antes de todos os outros e não há menção a João Fernandes Vieira, natural da ilha da Madeira, que rivaliza, em termos historiográficos, no papel de protagonista entre os naturais ou os que, vindo de possessões ou do reino, haviam lutado contra os neerlandeses. Além disso, os heróis são classificados como brasileiros dentro do alargamento observado para um novo escopo de pátria.

Acrescente-se, ainda, a perspectiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e de alguns trabalhos sobre Negreiros realizados por historiadores da Paraíba. Para Luiz Pinto, autor de uma biografia¹⁵ sobre Andre Vidal, em 1960, é necessário buscar expressar a sua importância para o sentimento de brasilidade. Entretanto, o autor o qualifica como o grande herói daquele Estado. Essa última perspectiva também é encontrada em artigo de Ana Beatriz Silva¹⁶, publicado em 2006, que aponta a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano.

Em apoio à pesquisa realizada, a iconografia sobre o personagem pôde contribuir com importantes elementos para os aspectos historiográficos. Segundo Evaldo Mello, a obra de um artista pernambucano do século XIX existentes no IAHGP

¹⁴VARHAGEN, Francisco Adolfo. “*História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

¹⁵PINTO, L. *Op. cit.*

¹⁶SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. “*André Vidal de Negreiro: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano*”. João Pessoa: Revista Seaculum, 2006.

é cópia de uma obra anterior para comemorar seu duplo governo na Capitania de Pernambuco¹⁷ e a base para as reproduções iconográficas que hoje conhecemos sobre ele, sendo de uma representatividade especial para essa análise o ostentar a insígnia da Ordem de Cristo. Como comentado por Maria Beatriz Nizza sobre alguns casos de uso fraudulento de símbolos das ordens militares na colônia, é notório que “o desejo de ostentar uma insígnia honorífica era tão forte no Brasil colonial, nomeadamente no Nordeste, que alguns colonos mais abonados chegaram a obter no exterior, por meio de uma determinada quantia, a honra desejada”.¹⁸



Autor: Desconhecido - Fonte: Google Images

Podemos também perceber, para o caso de construção da nacionalidade brasileira, os sinais colocados nos pincéis de Victor Meirelles na tela sobre a Batalha de Guararapes, pintada em 1879 e atualmente exposta no Museu Nacional de Belas Artes.

¹⁷MELLO, E. *Op. cit.* p. 52

¹⁸SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Ser Nobre na Colônia". São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 121

Nela, Andre Vidal é retratado no centro da tela, montado em um cavalo e liderando as tropas “brasileiras” contra o coronel “holandês” Pedro Keever.



Autor: Victor Meirelles - Fonte: Google Images

Não cabe aqui, pormenorizarmos ainda mais as correntes historiográficas ou tendências artísticas já citadas como apropriadoras da figura de Vidal de Negreiros. Nossa perspectiva é de uma análise sobre Negreiros enquanto sujeito histórico do Antigo Regime nos Trópicos, seu pertencimento a uma elite senhorial, dentro da singularidade daquele contexto das guerras com os holandeses, e as representações de vassalagem com um reino de além-mar.

Nesse sentido, a perspectiva de um Antigo Regime nos Trópicos, onde características sociais singulares, uma busca de autonomia política e um desejo de ser “nobre”, se mostravam como a resposta às necessidades não atendidas dos habitantes e dos governos da colônia nos *limes* das possessões do Rei de Portugal, é pilar fundamental. Como aponta A. J. Russel-Wood no prefácio na obra organizada por João



Fragoso, Fernanda Bicalho e Fátima Gouvêa¹⁹, o conceito de “autoridades negociadas”, formulado por Jack Greene, contribui para uma reinterpretação da perspectiva dualística de relações entre a metrópole e a colônia. Se atrelarmos a esse conceito, a perspectiva de Antonio Hespanha de uma concepção corporativa para as relações entre monarcas e súditos, teremos a comunhão dos modelos adequados para uma análise histórica do arcabouço político do contexto em que Vidal de Negreiros estava inserido, permitindo uma melhor análise de suas ações e modo de vida.

Para Jack Greene,

“Um novo modelo deve reconhecer que os recursos fiscais nunca foram suficientes, nem mesmo no caso do espanhol, para apoiar a máquina burocrática, militar e naval necessária para impor autoridade central de cima, sem o consentimento ou aquiescência do dominante pelas classes possuidoras das periferias.”²⁰

Por sua vez, Antonio Hespanha entende que o conceito de monarquia corporativa permite que possamos contextualizar as relações políticas e jurídicas do Antigo Regime na península ibérica sob uma perspectiva mais isenta do olhar liberal que cunhou esse próprio termo e que tende a sublimar o aspecto vigente à época de um “*ius commune*”. As práticas locais possuíam um peso maior, mais efetivo e mais resistente do que alguma propalada tendência universalista advinda de um poder central e opressor. A flexibilidade dessa realidade jurídica: “engendrava uma possibilidade infinita de recursos, bem como a possibilidade de paralisar um comando, uma ordem, uma norma oficial, durante anos a fio, somando apelações a agravos, recursos eclesiásticos a recursos civis, súplicas ao rei (ao vice-rei, ao Conselho Ultramarino)”.²¹

Dessa forma, a “monarquia corporativa” traduz uma prática onde o sentido descentralizador da relação entre centros e periferias era representado na ação daqueles que personalizavam a “sombra do rei”, funcionários régios que nas franjas do reino

¹⁹FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; e GOUVÊA Maria de Fátima. “*O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

²⁰GREENE, Jack. “*Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*”. University Press of Virginia, 1994. p. 23

²¹HESPANHA, Antonio Manuel. “*Depois do Leviathan*”. Almanack brasiliense: nº5, maio 2007. p.57

davam uma “legitimidade prática a toda a sorte de iniciativas e ousadias, **que os regimentos rejeitavam e as cartas régias mal podiam contestar**”²². O modelo de monarquia corporativa poderia também ser aplicado ao contexto da América portuguesa, pois a principal marca da sua colonização era o caráter local das relações políticas e sociais, reforçados pela natural distância da corte, mas sem, contudo, diferenciar-se muito das próprias práticas observadas na metrópole.

Para o historiador, essa “monarquia corporativa” é caracterizada pela periferação do poder; localismo ou caráter contextual das configurações políticas; jurisdicionalismo, governo polisinodal, processo com garantia de contraditório, limitação dos poderes da Coroa, confusão jurisdicional e conseqüente atonia administrativa. Dessa forma, apesar do ultramar e dos sertões nos levarem a uma distância geográfica, que poderia justificar a especificidade, a cultura jurídica e política nos amalgamavam e reforçavam as práticas sociais, representadas nesse modelo de um sistema corporativo, contribuindo para a formação da *nobreza da terra*.

Por sua vez, Fernanda Olival²³ entende que no contexto da restauração portuguesa, as qualidades e os serviços do vassalo ao Rei não eram suficientes para o recebimento da mercê, era também necessário que houvesse um “donativo” para o esforço de guerra. Nesse ponto, a historiadora identifica uma zona de negociação entre a colônia e a metrópole para a composição da estruturação social. Do mesmo modo, demonstra a possibilidade de ascensão entre os cristãos velhos mais ricos, como também dos cristãos novos. Observemos que o contexto pernambucano de Negreiros era de um conflito econômico-religioso-político pela posse do controle do ciclo do comércio açucareiro, com a presença de protestantes e judeus em uma comunidade eminentemente católica e uma conquista holandesa de uma possessão lusa. Nesse espaço de relações descentralizadas que definia o Estado Moderno Português, assentado no poder da economia de mercê, o hábito fora veículo integrador de enorme flexibilidade. Mostrara-se capaz de jogar e servir simultaneamente a honra, a mercê e a


²²HESPANHA, A. *Op. Cit.* p.58. grifo meu.

²³OLIVAL, Fernanda. “*As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789)*” Lisboa: Estar editora, 2001.

venalidade, precisamente os ditames básicos que permitiriam a construção desse mesmo Estado, no qual a nobreza não era o único elemento dinâmico de apoio à Coroa.

A. J. Russel-Wood²⁴ identifica entre as escassas indicações de naturais para ocuparem cargos na república, a exceção observada para o caso dos senhores de engenho, em virtude da importância da sua atividade econômica para os interesses da coroa e da sua associação à *nobreza da terra*. Em termos da legislação aplicada aos naturais da conquista, o historiador cita a lei das suntuosidades para exemplificar a caracterização de periféricos aos habitantes ou nascidos na América Portuguesa. Podemos também observar que a relação centro-periferia iria, no decorrer do século XVIII, se modificar em função de uma série de medidas administrativas, movimentos demográficos e atividades econômicas que transformariam as outroras franjas da América portuguesa em núcleos caracterizados por uma multifuncionalidade e uma dinâmica mais autônoma em relação à metrópole. O laço centralizador que unia *El Rey* a seus vassallos no início do processo de colonização foi se alterando para uma prática ainda mais descentralizadora percebida na participação cada vez maior e mais influente da comunidade mercantil dos trópicos brasileiros, que buscava a defesa de seus interesses perante os reinóis e a *nobreza da terra*, personificada nos senhores de engenho. O historiador cita Jack Green :

“A história da colônia apresenta-se como uma trajetória em direção a uma crescente erosão dos princípios sobre os quais a metrópole havia construído um pacto colonial, assim como à progressiva afirmação da participação por parte da periferia, sem que isso fosse necessariamente sinônimo da aquisição de "direitos de periferia”.²⁵



²⁴RUSSEL-WOOD, A. J. R. "Centers and Peripheries in the Luso-Brazilian World, 1500-1808" in DANIELS, C. e KENNEDY, M. "Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820". Nova York: Routledge, 2002. p.109

²⁵*Op. Cit.* p.138

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E NOBREZA DA TERRA.

2.1 O *ethos* nobiliárquico.

Acreditando que o conceito de cultura é considerado por muitos como um dos grandes referenciais para as representações do *ser nobre e viver nobremente*, referenciamo-nos, sem incorrer no risco de descontextualizar as nossas origens ibéricas, ao contido em dicionários franceses do século XVII. Em Nicot, *Thresor de la langue française* (1606), observamos locuções alusivas à *il se dit noble*, (*Agit se pro nobili*) e *Noble de trois lignées* (*Qui auum ciere proauumque nobilem*). No *Dictionnaire de L'Académie française*, Première Edition (1694), já encontramos uma referência ao termo nobre como “*qui est élevé par dessus les roturiers, ou par sa naissance, ou par des Lettres du Prince*”. Ressalto a evolução da inclusão sobre a possibilidade de alguém ser adjetivado como nobre “pelas letras do príncipe” e não só pela sua linhagem. Acrescentemos que para Robert Descimon, nesse fenômeno nobiliárquico na França moderna, pode haver uma perspectiva de interpretação na qual

"essas representações tinham justificativas pelo caminho da virtude, essencialmente a que nascia da profissão das armas. O "imaginário do feudalismo" acabou por assimilar os *bellatores* aos nobres. Essa assimilação guerreira, de qualquer maneira, incluída nos textos sagrados (São Paulo) e da Antiguidade romana, jogava sobre as palavras na medida em que a "milícia" e "espada" eram tomados como símbolos ao invés de realidades e faziam referência ao poder supremo do magistrado, a encarnação dos assuntos públicos"²⁶

Para a Maria Beatriz Nizza, a nobreza titulada foi pouco ligada à história colonial. Em uma sociedade estamental, como a do Antigo Regime, o nobre se distinguia em privilégios e honras dos classificados como com defeitos mecânicos ou dos plebeus. Dois tipos de nobreza são identificados pela historiadora para o contexto português: a nobreza natural e a nobreza civil ou política. Ela ressalta a diferença entre fidalguia e nobreza, atrelando a primeira a uma mercê do rei e a última ao caráter hereditário.

²⁶DESCIMON, Robert. "Chercher de nouvelles voies pour interpréter les phénomènes nobiliaires dans la France moderne. La noblesse, « essence » ou rapport social?" *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Tome 46-1, janvier-mars 1999. p. 8

O *ethos* dessa nobreza no contexto metropolitano é analisado por Nuno Monteiro, que identifica na tradição a marca contundente das representações na sociedade portuguesa do Antigo Regime, açabarcando esse historiador também as relações sociais nas conquistas lusas. Essa tradição possuía um legado histórico de origem medieval, no qual permaneciam os aspectos de dignidade e privilégios que à nobreza eram associados, assim como, dentro do corpo trinitário do imaginário medievo, a característica emblemática da participação em feitos militares. O acesso à nobreza era, nesse contexto, a principal prerrogativa do monopólio régio para o ordenamento social nas sociedades do Antigo Regime e causava um estreitamento do ápice da pirâmide, pelas restrições de acesso às comendas e aos estatutos de cavaleiros.

No que tange ao termo fidalguia, com o decorrer do tempo ele passa por um processo de alargamento do seu universo, incorporando os admitidos por *El Rey* em sua casa, mas permanece como principal associação ao ser nobre, abaixo apenas dos Grandes pertencentes à primeira nobreza da Corte. Nesse devir das práticas sociais do reino, outras categorias são associadas à identificação como nobres, tais como às ligadas aos ofícios e funções, contribuindo mais ainda para o alargamento da base da pirâmide nobiliárquica. Essa singularidade é, segundo Nuno Monteiro, uma especificidade do contexto jurídico português durante o Antigo Regime e de uma relevância indiscutível, sem paralelo com as das sociedades contemporâneas.

A monarquia, personalizada na figura *del Rey*, era, mais que o entendimento contemporâneo sobre a questão de centralidade política ou administrativa, o cerne da dinâmica e representações sociais do Antigo Regime. O soberano era o principal regulador do processo de nobilitação, alargado em sua base a partir do século XVI, e hierarquização societária inseridas na economia das mercês. A liberalidade e a justiça inerentes ao papel de sua Majestade eram as qualidades que afiançavam velhas tradições e linhagens, assim como possibilitavam que os *homens bons* se afirmassem como nobres vassalos representantes de um coeso grupo social perante os plebeus. Para os diversos graus de nobreza, era o soberano que exercia o controle do *conta-gotas* para o ingresso ou a ascensão aos diversos “frascos inebriantes” daqueles eleitos ao perfume de ser nobre.

O afastamento das periferias colonizadas ao centro corteirão e a presença dos povos conquistados inseriram a necessidade de adaptações administrativas e políticas que acomodassem os interesses da metrópole europeia ao contexto presente na realidade política do cotidiano do ultramar pluricontinental. Contudo, isso não rompia as ligações entre o príncipe e seus vassalos, reinóis ou naturais das terras, sintetizadas nos serviços prestados e nas recompensas recebidas dentro da economia das mercês, característica indelével, e talvez, a mais marcante, da dinâmica social portuguesa de um regime de antigas e persistentes tradições e muitas representações baseadas em códigos e termos seculares e consagrados.

2.2 A nobreza de um fidalgo cavaleiro da conquista portuguesa na América.

Como ressaltado para comparar a situação da nobreza no reino e na colônia, Maria Beatriz Nizza destaca que “é preciso atentar na especificidade da nobreza colonial, pois o que é relevante é o processo de nobilitação e não, como em Portugal, a reprodução social da nobreza”.²⁷ A perspectiva dessa historiadora, é que a “nobreza da terra” não seriam só aqueles assentados nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos, e no número de escravos possuídos. Para ser efetivamente “nobre, de acordo com o código honorífico da época, é porque conseguiram formalizar as honras por meios vários: foros de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares, (...) ou postos da oficialidade das ordenanças”.²⁸ Esse processo nos trópicos brasílicos, mormente nos séculos XVI e XVII, acabou considerando diversas possibilidades de nobilitação, tais como: fidalgos donatários, fidalgos da casa real, ofícios de justiça e de fazenda, participações em guerras, participações em entradas no sertão, serviços pecuniários, concessão de hábitos e ordens militares e recebimento de comendas.

Ao raiar do processo das conquistas lusas, viver como nobre significava ter rendas que pudessem sustentar seus gastos e, no caso das capitanias da América portuguesa, essas serviam com argumento para os donatários negociarem junto a *El Rey* mercês e isenções de tributos, marcas essas características de qualquer nobreza. Naquele período de alvorecer da presença lusa em terras brasílicas, observemos que a fidalguia é um ponto comum para o recebimento dessas capitanias e a hereditariedade assegurava a

²⁷SILVA, M. B. N. da. *Op. cit.* p. 7

²⁸*Ibidem* p. 132

transmissão dos direitos relativos às cobranças dos moradores e utilizadores das sesmarias. Contudo, a relação com *El Rey* não era desprovida das “micro-tensões” de Antônio Hespanha como pode-se observar em aspectos de negociação que envolviam as relações com os vassalos, e, por exemplo, para o caso dos donatários, nas presentes em processos de transformação de capitânias donatárias para da coroa, com ocorrido na capitania de Pernambuco pelo descumprimento da ordem régia por uma população insurreta contra a perda de *status* de domínio da Coroa:

“O marquês de Cascais, donatário da capitania de Itamaracá, também lutou pela manutenção da sua doação depois da restauração (...). Assim a Coroa ordenava, em março de 1692, ao governador de Pernambuco, ao ouvidor-geral e aos oficiais da Câmara de Itamaracá que dessem posse da capitania ao marquês de Cascais, ou a seu representante. Mas a ordem régia não foi cumprida, pois a população se insurgiu não querendo voltar a ter um donatário depois de 34 anos sob domínio da Coroa”²⁹

Já para A. J. Russel-Wood, as revoltas ocorridas durante o período colonial foram efêmeras e regionalizadas e os “perdões” a elas dispensados se constituíam em sinais de inabilidade e ineficiência da coroa para o controle dos conflitos na América portuguesa. Uma “psicologia coletiva de submissão à metrópole” estaria baseada no forte sentimento de lealdade para com *El Rey*, um tipo de relação distante e quase parental observada nas missivas enviadas pelos vassalos do ultramar.

Para o caso da governadoria da capitania do Maranhão, quando esta estava dissociada do Grão-Pará, cabe mencionar uma tentativa, encontrada raramente nos registros dos historiadores brasileiros dos séculos XIX e XX³⁰, de assunção deste governo por André Vidal nos anos quarenta seiscentistas, pós-expulsão dos holandeses daquela região. A minuta de consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a nomeação de novo governador para o Maranhão, em substituição a André Vidal de Negreiros, datada de 16 de março de 1645, coincide com o contexto mencionado no requerimento de Francisco Coelho de Carvalho sobre a posse do mesmo governo, em

²⁹ *Ibidem*, p. 65

³⁰ Na pesquisa realizada só encontrei essa designação na obra de Frei Calado, de Pieter Netscher e de Arnold Wiznitzer.

virtude do seu parentesco com outros que haviam prestado serviços em guerras naquela região. Carvalho assume o governo em março de 1646, pelo fato de Negreiros estar participando da guerra contra os holandeses em Pernambuco.³¹ A trajetória, referente ao *ante bellum*, é escassa e encontrada em algumas crônicas contemporâneas ao personagem como, por exemplo, o “*O Valoroso Lucideno e o triunfo da liberdade*” (1648), de Frei Manoel Calado, na “*Nova Lusitânia – História da Guerra Brasilica*” (1675), de Francisco de Brito Freire e na “*História da América Portuguesa*” (1730), de Sebastião da Rocha Pitta, com referências às ações de Negreiros nos postos de alferes, tenente e capitão na guerra contra os batavos na Bahia. Na obra do holandês Pieter Marinus Netscher, redigida em 1853 e dedicada ao Imperador do Brasil D. Pedro II, há a narrativa de que Negreiros, enquanto se dirigia para assumir o governo da Capitania do Maranhão, se encontrou com Fernandes Vieira, tido pelo autor como valente e empreendedor e a alma da conspiração, ficando entusiasmado com o plano de revolta e com a possibilidade de luta contra os hereges, cuja vingança não arrefecia.³²

Observando-se as missivas e dentre as várias características citadas anteriormente como basilares para a categorização nobiliárquica, a fidalguia de Vidal de Negreiros é exemplo de uma qualidade adquirida pelas suas ações na guerra de restauração pernambucana e o distinguiu, dentro do processo de nobilitação almejado pela elite da açucarcocracia na capitania, para a nomeação de postos governamentais no ultramar.

“Eu, El Rey, sua Majestade, faço saber aos que este alvará virem que, em consideração dos muitos e bons serviços que o Mestre de Campo Andre Vidal de Negreiros, **fidalgo de minha casa e cavaleiro desta Ordem**, tem feito por esta Coroa de mais de 20 anos até a de 50 em guerra no Brasil, sendo nela por vezes ferido e aleijado de sua perna, (...) com satisfação que é notório e despesa de fazenda própria, arriscando de ordinário a vida, assinalando-se em várias ocasiões e encontros do inimigo com singular valor de sorte que a sua pessoa foi muito importante para os sucessos e vitórias naquela capitania (...) zelar com a defesa e conservação daqueles moradores no estado em que hoje se conservam com tão grande reputação do nome português,

³¹SILVA, M. B. N. da. *Op. cit.* p.86

³²NETSCHER Pieter Marinus. “*Os holandeses no Brasil, notícia histórica dos países-baixos e do Brasil no século XVII*”. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. pp. 207 e 221. A mesma situação é narrada em CALADO M. “*O valoroso lucideno e o triunfo da liberdade*”. Lisboa: 1648. p.161

não reparando para esse efeito na perda da fazenda, porque quando foi neles e conveniente abrasar os canaviais e engenhos de açúcar foi, o próprio, que **por suas mãos por fogo ao engenho de seu pai** e a esse exemplo continuou a executar no mais afora os outros (...).³³ (grifos meus).

Essa descrição, contida na designação de Negreiros para o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará em dois de dezembro de 1654, traz elucidativos elementos para a caracterização dele em duas categorias: *nobre da terra* e fidalguia. É importante observar o aspecto que a fidalguia fornecia a seus detentores no que tange “guardar todas as honras, privilégios e liberdades que às pessoas de tal qualidade são considerados”. Maria Beatriz Nizza ressalta que os feitos militares foram os requisitos para que muitos naturais do Brasil fossem “filhados” na Casa Real. O fidalgo não era necessariamente oriundo de uma nobreza de linhagem³⁴, pois, como indicado por Nuno Monteiro, “(...) o rei podia tornar fidalgo quem muito bem entendesse, enquanto, por outro lado, se podia herdar durante várias gerações a condição de nobre sem por isso se ser fidalgo”.³⁵ A fidalguia de Negreiros tinha sido cunhada, como mencionado por *El Rey* em seu alvará, em cerca de 30 anos de participação nas guerras contra os holandeses e, nessa moldura temporal, poderíamos convergir para a querela dos engenhos de Cabral de Mello: “(...) o choque de interesses entre senhores de engenho e de propriedades confiscadas pelas autoridades holandesas e os novos proprietários luso-brasileiros que lhe sucederam na posse destes bens”.³⁶ Os primeiros haviam emigrado para a Bahia e posto fogo em seus engenhos e canaviais, bem como levado seus escravos para a sede do Governo-Geral, a fim de que os batavos não os utilizassem. Percebemos, dessa forma, indícios importantes para inferir a origem de Andre Vidal como diferente de filho de um bombardeiro lisboeta (Evaldo Mello) ou de um velho carpinteiro da Paraíba (Panfleto holandês Bolsa do Brasil impresso no Recife em 1647³⁷), pois *El Rey* reconhecia o abrasar, por meio de suas próprias mãos, do engenho de seu pai, assim como inferir as motivações da junção das ações de Negreiros e Vieira

³³ ANTT RGM Lv 4 p. 73v

³⁴ SILVA, M. *Op. cit.* pp.75 e 16

³⁵ MONTEIRO, N. *apud* SILVA, M. *Op. cit.* p. 17

³⁶ MELLO, E. *Op. cit.* p. 250

³⁷ COSTA, F. A. Pereira da. “*Pequena biografia de André Vidal de Negreiros*” Recife: Annaes Pernambucanos: 1635-1665, 1952 in SARAGOÇA, L. “*Da “Feliz Lusitânia” aos confins da Amazônia (1615-62)*”. Lisboa: Cosmos, 2000. p.406

no alvorecer da revolta contra o domínio holandês em Pernambuco. Além disso, se atentarmos que o sufixo *eiro* poderia atrelar algum defeito mecânico a sua origem familiar, e isso traria dificuldades e registros nas diversas etapas de seu processo de nobilitação, há também a referência ao hábito de Cristo e 20\$000 de pensão em uma comenda recebidos por Francisco Vidal, seu pai, “homem respeitável pelos serviços que prestou ao estado por longos anos”³⁸. Demonstramos, dessa forma, que Negreiros foi além da nobreza da terra, adquirindo foros de fidalgo e cavaleiro.

Sobre ser senhor de engenho, a historiografia possui um vasto cabedal de análises para a sua importância na singularidade da estrutura de uma sociedade estamental colonial, com certo grau de mobilidade apontado por Novais³⁹, mormente as baseadas na produção açucareira, como a da América portuguesa. No requerimento do Sargento-Mor Matias Vidal de Negreiros, ao rei D. João V, em que solicitava mandar que, pelo juízo secular competente, se tome contas dos rendimentos e encargos da capela que seu pai, André Vidal de Negreiros, instituiu de todos os bens em seu testamento, dando-se ao suplicante os alimentos devidos; e ordenar a devassa do caso de furto feito na sepultura de seu pai, encontra-se uma transcrição do testamento de Negreiros. Nessa transcrição, estão declarados

“(...) cinco Engenhos, quatro d água com todas as terras, partidos, pastos, lenhas, escravos, cobres, bois e tudo o mais necessário; dois na Capitania da Paraíba da invocação São João Batista, Engenho Novo de Santo Antonio; e assim mais outro Engenho Novo de Santo Antonio em Goiana e o Engenho de São Francisco na várzea do Capiberibe de Pernambuco (...). vinte currais de gado com os escravos necessários nestas terras (...)”.⁴⁰

Andre Vidal que declarou nunca ter sido casado e não ter herdeiro nenhum forçado, deixa a Matias, “por se achar criado em minha casa”, duzentos mil réis do rendimento do Molinete de Nossa Senhora da Conceição. Por também terem “sidos

³⁸ *Op. cit.* p.406

³⁹ NOVAIS, Fernando. “Condições de Privacidade na Colônia” in SOUZA, L. M. (org) “História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa”. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 30

⁴⁰ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641. p. 23

achados criados sua casa”, o que suspeitamos caracterizar no testamento os seus filhos⁴¹ ilegítimos, ele deixa rendas e bens para o Padre Manoel Vidal de Negreiros (200 mil réis), seu testamenteiro, e para a mulatinha Violante (seis escravos do gentio da Guiné, que pelo amor de Deus, deu para seu dote). As características senhoriais e as redes de parentesco em torno do nome de Negreiros podem ser percebidas mais nitidamente pela sua afilhada Dona Catarina Vidal de Negreiros, aquinhoadas no testamento com o Engenho de São Francisco pelo bem de seu casamento. O filho de sua afilhada, Miguel Alves Lobo, casar-se-ia com Maria Cavalcanti de Vasconcelos, de origem das famílias duartinas Albuquerque, Cavalcanti, Vasconcellos e Hollanda, e o fruto desse casamento será Diogo Cavalcante, que também será um senhor de engenho.⁴² Há também nesta fonte, a alforria de seus escravos: o crioulo João Ferreira e a sua mulher Maria; de Antonico Moçambique e de Domingas crioula, por terem criado a menina Catarina.⁴³

A posse do governo de uma capitania por um natural das conquistas não se constituía em fato comum na administração portuguesa de suas conquistas e realça a posição honorífica e representativa de Vidal de Negreiros pela sua participação nas guerras contra os holandeses e na dinâmica de poderes na possessão lusa nos trópicos. Mafalda Soares e Nuno Monteiro na análise sobre as origens sociais dos governantes da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII identificam uma redução de 26 para 2,6% no número de locais ou brasílicos⁴⁴ na direção das capitanias principais ou secundárias, pois,

“no equilíbrio local e regional de poderes que se estabelecia nos territórios atlânticos da Coroa portuguesa, os governadores representavam a parcela “mais imperial” dos protagonistas. Por isso se foi impedindo cada vez mais as elites locais de chegarem aos governos das conquistas,

⁴¹Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 3 N Catálogo 216. Na consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da devassa, prisão e remessa a Pernambuco do Sargento-Mor Matias Vidal de Negreiros, este declara ser filho de Andre Vidal de Negreiros.

⁴²Genealogia Pernambucana. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/araujo2.asp>. Acesso em: 18/01/2012.

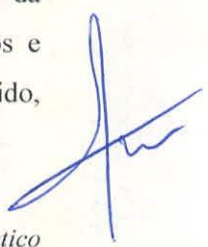
⁴³Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641. Também disponível na Revista do IAHGP (OUT 1866), Edições 13 a 18, pp 67 – 88.

⁴⁴Classificação constante no Quadro 6 do artigo sobre Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos setecentos e oitocentos. MONTEIRO, N; CARDIM, P; e CUNHA M. (coord.) “*Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*”. Lisboa: ICS, 2005. p. 245

deixando-lhes quando muito algumas capitanias secundárias para as quais faltavam outros candidatos”.⁴⁵

“Senhor, consciência e mais consciência é o principal e único talento, que se há de buscar, nos que vierem a governar este Estado”⁴⁶, ressalta o padre Antonio Vieira ao responder a consulta de D. João IV quanto à conveniência da resubordinação do Grão Pará ao Maranhão, compondo-se dessa forma as duas capitanias em um só Estado. As preocupações de Vieira eram, mormente, sobre o governo dos índios e as suas restrições à Baltasar de Sousa Pereira, de quem André Vidal de Negreiros recebeu, em 1655, por “sendo ferido por vezes e alejado de uma perna e em particular (...) na Campanha de Pernambuco donde ocupou todos os postos da milícia de capitão, sargento-mor, mestre-de-campo e um dos governadores de armas no exército da mesma capitania”, a “posse do dito governo [Maranhão] a todos os oficiais de guerra, justiça e fazenda do mesmo Estado que em tudo cumpram seus mandados e lhe obedeçam como seu governador e capitão-geral como devem e são obrigados”⁴⁷ Vidal de Negreiros recebe um regimento bem pormenorizado quanto às instruções *del Rey* para as “comodidades à minha fazenda e a meus vassalos”, “matérias de justiça” e “reformação da república”, assim como suas obrigações nos assuntos de governança do Estado. No que concerne especificamente as preocupações do Padre Antonio Vieira quanto ao governo dos índios, é mister enfatizar o contido no mesmo regimento

“Primeiramente vos encomendo as couzas da nossa Sancta Fé que procurareis com todo o cuidado se assiste por todos aqueles gentios, estendendo que este hé o negócio a que principalmente vos enviey a esse Estado e assim favorecereis muito aos rellegiosos e pregadores e a todos as outras pessoas eccleziásticas que nelle andem tratar da conversão dos infieís, procuran do que sejam muito respeitados e venerados dos Portuguezes e de toda a outra gente como hé devido,



⁴⁵CUNHA, Mafalda e MONTEIRO, Nuno. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII” in MONTEIRO, N; CARDIM, P; e CUNHA M. (coord.) “*Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*”. Lisboa: ICS, 2005. p. 242

⁴⁶SARAGOÇA, Lucinda. “Da “*Feliz Lusitânia*” aos confins da Amazônia (1615-62)”. Lisboa: Cosmos, 2000. p.406

⁴⁷ANTT, Chancelaria de D. João IV, Doações Livro 26, 203v e 204 in SARAGOÇA, L. “Da “*Feliz Lusitânia*” aos confins da Amazônia (1615-62)”. Lisboa: Cosmos, 2000. p.408

para que com este exemplo movão mais os gentios delle e sejam de mais fructo as pregações entre elles”.⁴⁸ (grifo meu)

Escreve ainda o Padre Antonio Vieira a D. João IV,

“Tem Vossa Majestade mui poucos no seu reino que sejam com Andre Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama: é tanto para tudo o demais, como para soldado: muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de Vossa Majestade, (...). **Pelo que tem ajudado a estas cristandades lhe tenho obrigação;** mas pelo que toca ao serviço de Vossa Majestade (de que nem ainda cá me posso esquecer) digo a Vossa Majestade que está Andre Vidal perdido no Maranhão, e que não estivera a Índia perdida se Vossa Majestade lha entregara”.⁴⁹ (grifo meu)

Os conselhos de Antonio Vieira a *El Rey*, a escolha de Andre Vidal para a governadoria do Estado do Maranhão e Grão Pará e as instruções contidas no Regimento recebido por ele realçam não só a influência e o interesse dos inacianos na governança dos índios, mas também a defesa do catolicismo, implícito como pano de fundo nas tarefas atribuídas aos grandes vassalos. Lembremos do imaginário honorífico dos cavaleiros de Cristo demonstrados nas práticas de defesa da fé católica e expansão da cristandade.

⁴⁸AHU, Códice 169, 115-24v in SARAGOÇA, L. “Da “*Feliz Lusitânia*” aos confins da Amazônia (1615-62)”. Lisboa: Cosmos, 2000. pp. 425 – 438.

⁴⁹VIEIRA, A. Pe. “*Cartas*”. Porto: Edição de Mário Gonçalves Viana. pp. 217-20 in SARAGOÇA, L. “Da “*Feliz Lusitânia*” aos confins da Amazônia (1615-62)”. Lisboa: Cosmos, 2000. pp. 451 - 452

3. ENTRE O SERVIÇO A DEUS E O SERVIÇO AO REI: A DEFESA DA FÉ E A BUSCA DA HONRA.

3.1 Religião e Religiosidade

Ao comentar sobre religião e religiosidade como expressão cultural dos homens e mulheres que viveram no Brasil colonial, a historiadora Mary Del Priore entende que “sua fé, suas crenças, sua religiosidade, enfim, realizavam-se a cada momento, em cada ato de vida, no modo de agir e de pensar, na vida familiar e na atuação social e política”.⁵⁰ Em Negreiros, observamos que a fé católica era a motivação mais alicerçada para as representações sociais nas quais estava envolvido e a mais íntima que o movia na suas práticas militares. A convivência com outro credo era tida como intolerável e a sua derrota, um propósito mais íntimo na mentalidade que cercavam as suas representações contra os invasores calvinistas e os usurpadores sefardistas.

“Suposto que Vossa Senhoria terá larga relação deste sucesso, não hei de deixar de dar conta a Vossa Senhoria da vitória que Deus foi servido dar nos contra estes **hereges** (...)”, é o que consta na missiva escrita por Negreiros a Dom Francisco de Faro e Noronha, Conde de Odemira, em 12 de maio de 1648⁵¹. No parecer enviado à D. João IV sobre as condições da paz com a Holanda, há também uma motivação primeira para evitar capitulações em possessões lusitanas no além-mar atlântico, pois “não haveria razão que obrigasse a entregar mais de cento e cinquenta mil almas cristãs a hereges seus inimigos, sendo de temer que por falta de sacramentos, e porque a isso os persuadissem, em breve perdessem a sua fé e a sua religião”.⁵²

Essa pressuposta intolerância religiosa também estaria inserida no contexto que observamos quando Cabral de Mello cita os engenhos, por ocasião da eclosão da revolta, ainda serem propriedade de judeus⁵³, ou ainda quando em relato dos tumultos de Pernambuco em 1645, Martim Soares Moreno escreve em carta a João Pinto Ribeiro que: “os judeus possuíam o maior número e os melhores engenhos que havia nessas

⁵⁰DEL PRIORE, Mary. “*Religião e religiosidade no Brasil colonial*”. São Paulo: Ática, 2004. p. 5

⁵¹RAU, Virgínia. “*A primeira batalha dos Guararapes, descrita por Andre Vidal de Negreiros*” Coimbra: 1955. p. 7 Documento existente no Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil. Grifo meu.

⁵²RAU, Virgínia. e SILVA, Maria Fernandes Gomes da “*Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil – vol. 1*”. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1956. p.71

⁵³MELLO, E. *Op. cit.* p. 275

capitanias”.⁵⁴ Ronaldo Vainfas aponta o importante papel dos *impuros* como soldados, intérpretes, espiões, colaboradores e agentes encarregados do abastecimento do Recife holandês⁵⁵ e Arnold Wiznitzer descreve a traição de Moses da Cunha e a entrega da carta pelo Sr. Abraham de Mercado, possivelmente um dos fundadores da comunidade hebraica do Brasil, denunciando o plano de assassinato dos holandeses e ocupação do Recife em 1645.⁵⁶

Se considerarmos o desejo expresso no documento de que “Meu corpo será sepultado na minha Capela de Nossa Senhora do Desterro, (...), **com o hábito de Nossa Senhora do Monte Carmo, com todas as confrarias sacerdotais e religiosas que houverem (...)**”, mas também a menção sobre o Frade Francisco Vidal [ou da Madalena], filho de Inez Barroso, uma mulher casada, e que suspeitava-se ser seu filho, mesmo que o próprio Negreiros nunca o considerara como tal. Para André Vidal, mesmo que Francisco fosse seu filho, ele **nunca podia ele herdar sua ordem por ser filho adulterino**. Na época do nascimento do frade, Vidal de Negreiros alegava estar servindo na Bahia como capitão de infantaria, **“além de ser nobre e viver sempre na Lei da nobreza”**. Podemos assim perceber ainda mais o universo das representações e conflitos religiosos do próprio Negreiros. Como lembrado por Priore, quando se preparavam para morrer, os homens “(...) nos dias de agonia reuniam amigos, parentes e desafetos, pedindo-lhes desculpas pelos erros cometidos; pagavam as dívidas, mandavam rezar missas, distribuíam esmolas e oravam”. Evaldo Cabral aponta ainda para a importância dos monumentos religiosos mandados erguer pelos chefes restauradores como reconhecimento pelo auxílio divino, como foi o caso da Capela de Nossa Senhora do Desterro por Andre Vidal.

Esses aspectos, presumimos ser de uma questão sentimental, econômica e militar primordial para as motivações Vidal na sua atuação na Guerra da liberdade divina. Ressalta Evaldo Mello:

“Se a ocupação holandesa constituía a punição divina pelos pecados dos habitantes de pernambuco, a resistência fora uma empresa inútil,

⁵⁴RAU, V. e SILVA, M. F. G. *Op. cit.* p.42

⁵⁵VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 340

⁵⁶WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Editora da USP, 1966. pp. 81 e 155

uma guerra perdida de antemão, ao passo que o movimento restaurador estava destinado ao triunfo desde o primeiro momento, ao intitular-se “guerra da liberdade divina” e ao colocar-se sob o patrocínio do Altíssimo, cujo plano dizia vir realizar em dano da heresia calvinista. Calado definiria a restauração pernambucana como **“a terrena obra, mas celeste empresa”**.⁵⁷ (grifo meu)

“Viver nos séculos XVI e XVII significava ter algumas crenças firmes e absolutas. Aquele que nascesse na Igreja católica acreditava que a graça que lhe fora concedida por Deus venceria o pecado e lhe daria a salvação eterna”.⁵⁸ Ressaltemos que, além dos aspectos inerentes à economia da mercê, a representatividade honorífica e simbólica das ordens também tinha um significativo valor na sociedade cristã moderna portuguesa. Mantendo valores cavaleirescos de defesa da cristandade contra os infiéis, as milícias foram empregadas pela realeza em combates em suas possessões de além-mar, inicialmente no norte da África, de tal maneira a sedimentar a “idéia de que o serviço feito à Monarquia, designadamente o dos campos de batalha, era o meio adequado de obter hábitos e proventos das Ordens Militares”. Em 1577, o breve “*Exponi nobis*”, de Gregório XIII, reforça o aspecto de luta contra *Turcis, piratis, haereticis e infidelibus*. No caso de Negreiros, é mister enfatizar a presença de um inimigo herege em solo pátrio e o caráter religioso importante nos embates contra os holandeses na reconquista de Pernambuco.

3.2 Honra, Cavaleirismo e Milícia

Para Fernanda Olival, no contexto da restauração, as cobiçadas insígnias e comendas, além dos aspectos honoríficos, representaram a possibilidade de recursos importantes para a consolidação do Estado Moderno português. Mas sua tese é de que também os hábitos compunham um mote social de recompensa a serviços prestados à Coroa, gerados em uma postura de expectativa prévia. Já dentro de aspectos representativos das Ordens Militares, a historiadora aponta o reforço de legitimidade que essas emprestavam à realeza. Além da importância das Ordens para o significado da liberalidade e das relações entre a realeza, seus vassallos e seus súditos, a convocatória

⁵⁷MELLO, E. C. *Op. cit.* p. 285

⁵⁸DEL PRIORY, M. *Op. Cit.* p.20

dos cavaleiros das Ordens permitia atender a situações emergenciais como as dos combates. Segundo Olival, milícia e honra eram quase sempre inseparáveis, nesta época. Essa afirmativa se encaixa bem na trajetória de Vidal de Negreiros nas guerras contra os holandeses, mas, acredito ser um pouco diferente das travadas em Angola para a expansão dos mercados de escravos, a fim de atender o mercado da América portuguesa. O significado da insígnia na pintura, de autor desconhecido, atribuída a Negreiros pode ser interpretado na mesma direção da idéia da autora quanto a cada vez mais serem encaradas como “recompensas de serviços, pelo que não deviam acarretar novas implicações. Eram esses alguns dos princípios da economia de mercê perfilhados na época”.⁵⁹ Pelas mercês, podia o rei manter a relação de protagonista em relação aos seus vassalos, sendo o gesto de agradecer, em ambas as direções, significativo para a manutenção das estruturas sociais modernas em Portugal e suas possessões.

A liberalidade régia era uma virtude que o príncipe devia cultivar e, especialmente em relação aos seus vassalos, consistia em uma relação de obrigações recíprocas, em uma sociedade cujos interesses práticos se articulavam nessa economia de mercês. Junto a liberalidade, a justiça distributiva era outra virtude esperada de *El Rey*, correspondendo à capacidade real de dar a cada um o que a si era devido no sistema de recompensa a cada tipo de serviço prestado. Esse sistema de recompensas, por si, era o grande elo de coesão da sociedade moderna portuguesa, principalmente entre o soberano e seus vassalos e Fernanda Olival identifica nas Ordens Militares um importante sustentáculo do Estado Moderno Português, mormente em função da necessidade de mãos para a administração política do Império na conjuntura internacional existente. Entretanto, a relação entre o rei e as Ordens era envolta em uma autonomia e simbolismo que não tinha um suporte hierárquico baseado na realeza, mas sim na condição de governador e administrador dos Mestrados.

⁵⁹OLIVAL, F. *Op. Cit.* p. 60. Havia uma intencionalidade da Monarquia em empregar as Ordens para integrá-la à economia da mercê e ao arranjo político com a nobreza. Além desse aspecto da intencionalidade, não só do caráter remuneratório se constituía o interesse pelas mercês. Imbutido estava também um aspecto honorífico, que contribuía para as demonstrações de ostentação em uma sociedade de corte.

Negreiros viveu plenamente essa relação de serviços e recompensas, imerso na economia das mercês e na sua relação com o modo de viver como um nobre cavaleiro.

“Eu, D. João (...), faço saber aos que alvará virem, que tendo respeito aos muitos e qualificados serviços do Mestre de Campo Andre Vidal de Negreiros e a continuação com que os fez em guerra tão dilatada como foi a de Pernambuco(...), cavaleiro professo da distinta Ordem por benemérito e digno de ser remunerado na distinta Ordem e ajudado com os bens dela e por esta. Hei por bem de nomear na distinta Preceptoria da Comenda de São Pedro do Sul do bispado de Viseu da qual haverá os rendimentos com todos os custos, rendas, direitos e pertenças da Preceptoria e Comenda (...) **ficando com a obrigação ordinária de sua profissão na mesma Ordem conforme a qual servirá na guerra contra os infiéis, quando se por mim for mandado como pelas bulas do Santo Padre se é encomendado aos cavaleiros da dita Ordem (...).**”⁶⁰ (grifo meu)

Lembremos que Nuno Monteiro ressalta o peso e os constrangimentos com que a tradição medieval de matriz cavaleiresca marca a hierarquia nobiliárquica portuguesa até o século XIX. A utilização das insígnias das ordens militares pela nobreza portuguesa é um exemplo indelével para a percepção do *ethos* nobiliárquico luso. A presença quase sempre observada nos retratos dos dignatários lusos, mormente no século XVI, é também vista no quadro de André Vidal de Negreiros com a insígnia da Ordem de Cristo, apontado por Cabral de Melo como uma cópia produzida dentro do ambiente do IHGP. Mesmo considerando-se a importância apontada por Ronald Raminelli⁶¹ para às letras em primoroso texto sobre a sua importância para os requerimentos suplicando mercês, mormente no contexto do ultramar americano dos anos quinhentistas e iniciais do século XVI da monarquia dualista, Nuno Monteiro realça o papel das armas ante as letras em uma trajetória decisiva e em uma posição privilegiada no imaginário nobiliárquico português para o recebimento de honras. O mesmo pode ser observado nas menções de participação em guerras do norte da África na praça de Marzagão até 1765. Esse aspecto é reforçado, a partir da Restauração portuguesa, pois foi a nobreza a apoiar a casa de Bragança na sua guerra contra os Habsburgos pela coroa lusa. O traço guerreiro da nobreza lusa também possuía, até o

⁶⁰ ANTT RGM Lv 4 pp. 97v e 98 27/02/1655

⁶¹ RAMINELLI, Ronald. "*Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*". São Paulo: Alameda, 2008.

início do século XVIII, uma preferência pela participação no além-mar asiático em relação a sua atuação na América portuguesa, em função dos antigos fidalgos que ali participaram das primeiras conquistas do reino. Sintetiza o autor: “a primeira e hereditária elite social do regime brigantino era basicamente constituída por “militares”. Entenda-se por tal, detentores de ofícios superiores no aparelho militar da monarquia.”

No caso da senhoria e do espírito cavaleiresco de Negreiros, percebe-se a singularidade das relações sociais envolvidas no regime de escravidão do ambiente tropical das possessões do Rei de Portugal no Atlântico Sul e das especificidades do teatro de operações da guerra brasileira contra os hereges batavos. Há também uma persistência da representatividade do “*dominus*” e do “*bellatore*” para o imaginário e a função social de alguém que desejava ser nobre⁶². Andre Vidal é um Cavaleiro da Ordem de Cristo a serviço *del Rey* e do Papa para a luta contra infiéis e espera as recompensas, na cidade de Deus e na cidade dos homens, por seus sacrifícios. É mister lembrarmos que, como apontado por Bobbitt⁶³, a época, na qual Negreiros viveu suas experiências senhoriais, nobiliárquicas e militares, está inserida na transição entre o Estado principesco, o Estádio régio e o Estado territorial para o contexto europeu, do qual não se pode abster totalmente. Mesmo após o início do processo de formação do Estado Moderno, que privilegiaria a figura política do Rei ante os príncipes e a Igreja católica, observaremos uma continuidade na presença das negociações nas relações entre ele e seus súditos na condução do sistema político e administrativo do reino e da sociedade, bem como a importância do exercício da atividade militar, em que, por exemplo, foram as guerras religiosas na Europa.

⁶²Segundo Le Goff, a senhoria precede e persiste a feudalidade, exprimindo uma função de dominação e autoridade. Para Duby, eram *bellatores*, no imaginário social medievo, “os que protegem as nossas cidades e defendem o nosso solo contra o exército que nos invade”. Inicialmente relacionado aos nobres e detentores da *postestas*, a posse das armas iria abranger, nas transformações na ordenação social após a Alta Idade Média, aos ministros e auxiliares do príncipe: os cavaleiros. LE GOFF, J. “*Em busca da Idade Média*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p 158 e DUBY, G. “*As três ordens ou o imaginário do feudalismo*”. Lisboa: Estampa, 1992.

⁶³BOBBITT, P. “*A guerra e a paz na História Moderna*”. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

4. ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

Ao analisar o sistema institucional das sociedades modernas, Edward Shils identifica que

"à medida que nos deslocamos do centro da sociedade, do centro em que a autoridade é possuída, para o interior ou para a periferia, sobre o qual a autoridade é exercida, a ligação ao sistema central de valores vai-se atenuando. O sistema institucional central não é nem unitário nem homogêneo e alguns níveis têm mais majestade do que outros. Quanto mais baixo se desce na hierarquia, ou quanto mais nos afastamos territorialmente da localização da autoridade, menos essa autoridade é apreciada".⁶⁴

Na América portuguesa, durante o alvorecer da Restauração pernambucana e da dinastia dos Bragança, observa-se na carta de Negreiros ao presidente do Conselho Ultramarino, Marquês de Montalvão, escrita no Arraial de Ajuda em 25 de agosto de 1645, uma intencionalidade de registro junto a *El Rey*, que se pode atrelar às funções associadas a um de uma nobreza de além mar. Agindo como um conselheiro e intermediário, ele tinha as expectativas dos que apoiavam o retorno a tutela portuguesa e, mormente, a de defesa dos interesses dos *maiores* das capitanias ocupadas pelos holandeses.

O perfil honorífico de Andre Vidal era basilar para a sua representatividade perante os demais portugueses e locais que sustentavam a guerra contra os holandeses e a percepção de que ele consistia o elo com *El Rey*.

"Lembramos também a V.Exa. que se façam apressar remédio desse Reino nessa Capitania que já **os maiores** estão exasperados de conseguir em que principiaram com tanto valor e todos chama sobre nós, que estão sustentando a guerra há 15 meses com despesa de sua fazenda e **que os governamos quando que não conhecessem que pedimos socorro. Vossa Majestade é visto que lhe tarda há tanto tempo.** V. Exa é boa testemunha que neste particular temos representado ao dito Conselho e a V.Exa. e fiéis pessoas que se depende a palavra deste seu soldado com acudir a tanto desamparo que será o de não conseguirmos o nosso intento e que resultará estes

⁶⁴ SHILS, Edward. "*Centro e Periferia*". Difel: Lisboa, 1992. p.63

maiores ficarem ao ímpio excesso de crueldade dos flamengos (...).”
⁶⁵(grifos meus)

Responde *El Rey*, às duas cartas com a participação de Negreiros, em 15/10/1647, após a consulta ao Conselho Ultramarino, que julgou estranhas as cartas enviadas sobre pedidos de socorro à guerra contra os batavos:

“Com ocasião das duas cartas que serão inclusas neste Decreto, e me vieram afirmar para André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, me parece estranhar muito como escrever cartas em meu nome, e muito menos enviar, mas a firmar para homens que contra forma das minhas ordens estão fazendo guerra contra os holandeses, com quem tenho celebrado trégua. **Entendo o conselho que estes homens me tem feito grande desserviço** (...) nem se há de ter com eles comunicação alguma, salvo for para lhes dar o castigo que suas culpas merecem.” ⁶⁶(grifo meu)

O isolamento e a distância dos governos coloniais, neste caso exacerbado pelos “sentimentos de terem sido esquecidos pelo rei” por aqueles que, nos limites das possessões, em especial na América portuguesa, tinham “projetos consistentes de uma vida colonial sistemática”, eram complementados pela condição de uma iniciativa local em um ambiente de guerra contra o inimigo a ser evitado pelo poder central.⁶⁷ Poderíamos, neste caso, até considerar um possível posicionamento duplo da dinastia dos Bragança, que se iniciava naquela década e que ainda lutava pela sobrevivência física e política do seu Estado régio perante os atores da Guerra dos Trinta Anos, entre evitar o conflito direto como os holandeses e tentar preservar a autonomia da elite de origem portuguesa da capitania. Entretanto, o “desserviço” apontado para a atuação dos restauradores de Pernambuco na assessoria do Conselho Ultramarino, como motivo para não respondê-las, se inseriria mais nos contextos de centralização e autonomia apontados por Antônio Hespanha e ressalta a ênfase de Jack Greene sobre a negociação entre o poder real e as periferias. Havia uma divisão de poderes e deveres, formalizados no primeiro caso, por exemplo, por meio dos regimentos para o caso dos governadores,

⁶⁵Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Pernambuco CU 015 Cx 5 N° ,Catálogo: 342

⁶⁶Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Pernambuco CU 015 Cx 5 N° Catálogo: 363

⁶⁷HESPANHA, A. “*Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.*” in FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. “*Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.*” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

e transformados de políticos e, até mesmo jurídicos, para morais dentro de relações de clientela existentes no Antigo Regime. Para o historiador português, é nas características de uma monarquia corporativa que podemos entender as relações com os “núcleos políticos periféricos dos colonizadores” com a “sombra e a ameaça do Leviatã”.⁶⁸

O assessoramento do Conselho Ultramarino, datado de 15 de março de 1651, demonstra uma alteração significativa da postura da corte, pois já não é observado um desserviço quando Andre Vidal e João Fernandes, ao citarem que sendo eles os principais motores da guerra contra os neerlandeses e esta ser conduzida à custa da sua “honra, vida e fazenda”, se queixam sobre o Mestre-General Francisco Barreto:

“(…) será justo que se veja e se considere, e não havendo coisa que se encontre ou ainda que haja coisa que não seja pesada convirá ao serviço de Vossa Majestade; **animar e ter contentes que o melhor se possa fazer tais dois homens e que tanto tem servido e merecido a Vossa Majestade em tal guerra, havendo coisa que é tão arriscada e contínua que o crédito das armas de Vossa Majestade tem ganhado tanta reputação, com menos gasto e despesa de que se faz em outras partes**, e este ponto obrigou a este Conselho a fazer esta consulta, podendo se escusar faltando a queixa a que se dar satisfação (...).”⁶⁹ (grifo meu)

Queixa essa que evidencia, assim como pelo observado na datação da fonte, o contrário do que José Pereira tenta retratar na sua biografia sobre Francisco Barreto de Menezes⁷⁰, que não foi algo restrito ao período pós-restauração da Capitania de Pernambuco e exemplifica bem a estrutura administrativa descentralizada apontada por Hespanha para as possessões do Reino de Portugal. Há também, por sua vez, uma tensão implícita na disputa pela tutela das capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande que, como apontam Mafalda Soares e Nuno Monteiro⁷¹, e que indicariam a limitação progressiva da área de influência do governo da Capitania de Pernambuco sobre aquelas outras e o reforço da influência do Governo Geral do Estado do Brasil, na Bahia. Tal

⁶⁸HESPANHA, A. *Op. cit.*

⁶⁹Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Pernambuco CU 015 Cx 5 N° Catálogo: 424

⁷⁰PEREIRA, José Gerardo Barbosa. “*A restauração de Portugal e do Brasil*”. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

⁷¹CUNHA, M e MONTEIRO, N. *Op. cit.* p. 203

interpretação coincidiria com a evolução de uma postura pactista nos séculos XVI e XVII para o viés mais absolutista, perceptível a partir do reinado de D. João V.

Na troca de missivas entre Negreiros, então Governador da Capitania de Pernambuco, e Menezes, Governador-Geral do Brasil, podemos perceber as nuances desses conflitos de esferas de poder na América portuguesa entre reinóis e *nobres da terra*, centro e periferia da própria colônia, como, por exemplo, na reconstrução e redefinição da vila de Olinda como sede da Capitania de Pernambuco, com um resultado temporário favorável a Andre Vidal em função da indefinição da Metrópole:

“E então tiveram lugar a advertência que V.Sa me faz sobre não me mudar para esta Villa, e a ordem porque impede aos Ministros dos Tribunais, que assistem no Recife saírem daquela praça, (...) que obrigou-me a passar-me tais Ministros para esta vila, em 14 do mês passado, muito antes que chegassem as cartas de V.Sa, depois de muitas e repetidas instâncias, que a Câmara, **Nobreza**, Povo, Prelados das Religiões e Clero dela me fizeram (...) e assegurando-se mais com a reedificação desta vila e sua fortificação que se julga ser muito custosa não só a praça do Recife (...). **E suposto isto não me poderei sair desta vila, nem consetir que os Ministros o façam sem expressa ordem de S.M a que tenho dado particular ordem de tudo, e espero que por um tão particular serviço como este me faça as mercês** (...) porque até agora não vi ordem pela qual S.M não quisesse esta vila povoada (...).”⁷² (grifos meus)

Além de pontuar os sentidos de uma certa desobediência civil nas tensões entre o “corpo” político da América portuguesa, aqui representado pelo Governo-Geral e por uma Capitania, a defesa de Negreiros na preservação dos interesses da nobreza açucarocrática de Olinda seria ainda reforçada pelo seu papel no desfecho da contenda relativa à deposição do Governador Jerônimo de Mendonça Furtado, o Xumbergas, em 1666. Entendemos que o seu retorno ao governo de Pernambuco demonstrou toda sua autoridade moral, representativa de uma nobreza advinda da recompensa aos serviços prestados à Coroa nas guerras e nos governos nos quais participou, a sua ascendência perante os demais vassalos da Câmara, afrontados pelas medidas implantadas pelo despótico reinol, assim como o reconhecimento dos de “origem mecânica”, como era atribuído aos mascates recifenses, pela sua atuação como restaurador. A oposição entre

⁷²PEREIRA, J. *Op. cit.* pp. 315 e 316

senhores de engenho e mascates durante as duas décadas posteriores ao fim da guerra contra os holandeses, como magistralmente registrado pelo célebre Evaldo Cabral, não foi só marcada pela continuidade na disputa sobre o controle político, administrativo e econômico em Pernambuco, mas também pelo domínio do *status quo* social e pela identificação de qual elite poderia viver e ser reconhecida como nobre. Ressalta o renomado historiador no prefácio de sua obra: “Cinquenta e tantos anos depois, parte da “nobreza da terra”, isto é, dos filhos e netos dos que haviam restaurado a suserania portuguesa, promovia uma sedição contra o governador Castro e Caldas”.⁷³

Temos uma síntese no comentário de Mafalda Soares e Nuno Monteiro sobre a atuação da *nobreza da terra* na preservação dos interesses locais ante o crescimento da “dimensão mais imperialista do império português”, que foi a nomeação cada vez mais presente de reinóis para os cargos de governança na sua colônia americana:

“ A sua integração [elites locais] far-se-ia sobretudo através dos municípios e de outras instituições locais e do direito de petição para o centro, sistematicamente utilizado ao longo de todo o período, muitas vezes contra os governadores. Estes, por seu turno, não podem ser vistos como um instrumento unilinear da centralização: não poucas vezes foram desautorizados pelo centro em resposta a requerimentos locais. Era, finalmente, no equilíbrio de poderes entre as diversas instâncias que se estabelecia em cada território, possível pela comunicação universal de todas com o centro político da monarquia, que se efectivava a integração nesta desses espaços remotos e distribuídos pelas mais distintas paragens”.⁷⁴

⁷³ MELLO, Evaldo Cabral de. “*A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. 1666 - 1715*”. São Paulo: Companhia das Letras: 1995. p.11

⁷⁴ CUNHA M e MONTEIRO, N. *Op. cit.* p. 242

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos buscar um olhar mais próximo da perspectiva de Maria Fernanda Bicalho sobre a *nobreza da terra* das conquistas que, assim como a “*noblesse civil ou politique*” caracterizada por Nuno G. Monteiro, tinha uma especificidade no seu processo de nobilitação e nas aspirações de seus atores, dentro do imaginário e das práticas do Antigo Regime. Como apontado por Maria Beatriz Nizza da Silva é esse processo que a distinguia da reprodução social da nobreza existente na corte.

Andre Vidal de Negreiros foi um homem do seu tempo e do seu lugar de experiência. Inserido nas entranhas do Antigo Regime, iluminado pelas singulares cores do sol nos trópicos da América portuguesa, ele percorreu um caminho de quem conhecia os meandros e os atalhos de suas hierarquias e representações. Desde o berço pertencente a uma elite senhorial proprietária de engenhos de açúcar e escravos, ele buscou, em sua juventude, engajar-se nas formas de reconhecimento e laços, que o suserano dispensava a seus vassalos, e de recompensas, que as mercês *del Rey* poderiam lhe trazer em termos econômicos e honoríficos.

Sua trajetória política é a de um brasílico, como categorizado por Mafalda Soares, que galgou, principalmente pela sua participação em guerras a favor da Coroa portuguesa, vários postos muito importantes, inclusive na África portuguesa. Contudo, essa singular inserção não foi desprovida da defesa de interesses locais da elite da Capitania de Pernambuco dentro do contexto de descentralização presente na dinâmica administrativa e política do Atlântico lusitano seiscentista. Seu foro de fidalgo, suas comendas e seus postos na administração colonial nos permitem deduzir que sua representatividade o projetou, inclusive, além do universo da *nobreza da terra*.

Seu denodo e valor militar, em uma guerra contra os holandeses durante cerca de 30 anos; seu cavaleirismo, a serviço da fé católica; sua ascendência moral e política perante os demais principais da terra; suas riquezas como senhor de engenhos e escravos; e a sua peculiar característica de uma autonomia nativa deram todas as qualidades, aqui dentro da acepção daquele regime de historicidade para este vocábulo, para que Negreiros alcançasse a almejada condição de um natural das conquistas ser e viver como um nobre na colônia portuguesa da América.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. de. *"O Trato dos Viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul"*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARÁUJO, P. I. de S. *"Genealogia Pernambucana"*. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/araujo2.asp> Acesso em: 18/01/2012.

BOBBITT, P. *"A guerra e a paz na História Moderna"*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DANIELS, C. e KENNEDY, M. *"Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820"*. Nova York: Routledge, 2002.

DEL PRIORE, M. *"Religião e religiosidade no Brasil colonial"*. São Paulo: Ática, 2004.

FRAGOSO, J; BICALHO, M e GOUVÊA M. *"O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. *"Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII."* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

GREENE, J. *"Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history"*. University Press of Virginia, 1994

MELLO, E. C. de. *"Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654"*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975

_____. *"Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana"* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *"A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. 1666 - 1715 "*. São Paulo: Companhia das Letras: 1995

MONTEIRO, N; CARDIM, P. e CUNHA, M. *"Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime"*. Lisboa: ICS, 2005.

NETSCHER P. *"Os holandeses no Brasil, notícia histórica dos países-baixos e do Brasil no século XVII"*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

OLIVAL, F. *"As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789)"* Lisboa: Estar editora, 2001.

PEREIRA, J. G. B. *"A restauração de Portugal e do Brasil"*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

PEREIRA, M. A. de P. *"Vivendo entre cafres: vida e política do Conde de Assumar, 1688-1756"*. Tese de Dissertação: 2009.

PINTO, L. "*Vidal de Negreiros, afirmação e grandeza de uma raça*". Rio de Janeiro: Editora Alba, 1960.

RAMINELLI, R. "*Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*". São Paulo: Alameda, 2008.

RAU, V. "*A primeira batalha dos Guararapes, descrita por Andre Vidal de Negreiros*". Coimbra: 1955.

RAU, V. e SILVA, M. F. G. da "*Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil – vol. 1*". Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1956.

SARAGOÇA, L. "*Da "Feliz Lusitânia" aos confins da Amazônia (1615-62)*". Lisboa: Cosmos, 2000.

SHILS, E. "*Centro e Periferia*". Difel: Lisboa, 1992.

SILVA, M. B. N. da. "*Ser Nobre na Colônia*". São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOBRAL, J. "*Postos e Cargos Militares Portugueses*". Disponível em: <http://audaces.blogs.sapo.pt/4784.html> Acesso em: 16 JAN 2013.

SOUZA, L. M. (org) "*História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*". São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, R. "*Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VARHAGEN, F. A. "*História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*". Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

WIZNITZER, A. "*Os judeus no Brasil colonial*". São Paulo: Editora da USP, 1966.



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, Alexandre Cursino de Oliveira, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Andre Vidal de Negreiros: Nobre da Terra”, foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.”

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Cursino de Oliveira', with a stylized flourish at the end.